

## Origem da universidade no Brasil

Oficializou-se a versão de que os estudos superiores no Brasil se inauguram com a chegada da Corte portuguesa em 1808, que logo ao desembarcar na Bahia criou a Escola de Medicina e Cirurgia, embrião da futura Universidade Federal da Bahia. A criação de outras instituições de educação superior seguiu com a instalação da Corte no Rio de Janeiro. Depois da Independência, durante o período imperial, outras instituições acadêmicas (Medicina, Odontologia, Farmácia, Direito, Agronomia, Engenharia Civil, Engenharia Geográfica, Curso de Minas e Belas Artes) foram estabelecidas em sete cidades brasileiras. Nesse período, não se fez qualquer esforço para organizar universidades ou instituições similares e a educação superior acontecia em escolas isoladas. Já a partir dessa época, o modelo educacional francês (objetivo atender às exigências da revolução industrial e às demandas por quadros superiores para a burocracia estatal) passou a substituir o antigo monopólio intelectual de Portugal (MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA, Plano de expansão e reestruturação da arquitetura curricular na Universidade Federal da Bahia: termo de referência, Salvador, Bahia, 2007).

Existe uma clássica disputa histórica sobre qual foi a primeira universidade brasileira. É preciso, entretanto, fazer a distinção entre tentativas de organizar formal e juridicamente instituições universitárias que tiveram duração efêmera ou nunca saíram do papel, e a efetiva concretização desse empreendimento. As chamadas “universidades passageiras”, todas criadas como entes privados, foram cronologicamente: a de Manaus – criada em 1909, no auge da prosperidade do ciclo da borracha e extinta, em 1926, com a decadência dessa atividade econômica; a de São Paulo – criada em 1911 e extinta em 1917; a do Paraná – criada em 1912 e extinta em 1915. Em 1920, quando o Rei Alberto da Bélgica se encontrava num navio a caminho do Brasil, um decreto federal criou a Universidade do Rio de Janeiro, reunindo três escolas: Medicina, Direito e Politécnica. Há motivos para crer que a concessão do título de doutor *honoris causa* ao soberano teria sido a motivação (MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA, Plano de expansão e reestruturação da arquitetura curricular na Universidade Federal da Bahia: termo de referência, Salvador, Bahia, 2007).

A primeira universidade brasileira a funcionar como tal foi a Universidade de São Paulo, instituída em 1934 enquanto projeto acadêmico e institucional completo. Esta importante instituição foi organizada e consolidada com a ajuda de uma missão de jovens acadêmicos franceses, formados pela Sorbonne, que incluiu Fernand Braudel, Claude Lévi-Strauss e Roger Bastide, dentre outros nomes ilustres. Nessa mesma época, aproveitando sua breve passagem como Secretário de Educação do Distrito Federal, Anísio Teixeira, notável pedagogo e filósofo da educação, propôs a instalação da Universidade do Distrito Federal. Afastando-se do modelo USP, convocou para esse projeto os maiores nomes da cultura nacional da época: Villa Lobos na música, Cândido Portinari na pintura, Gilberto Freyre na Antropologia, Mário de Andrade na Literatura e Folclore, Jorge de Lima na Poesia, Sérgio Buarque de Holanda na História do Brasil e outros tantos nomes ilustres; o reitor era Afrânio Peixoto. Anísio Teixeira desafiou-os a pensar sobre como aplicar os princípios da Educação Democrática no âmbito universitário. Foi um período inegavelmente rico, no qual muitas ideias

se concretizaram. Dessa iniciativa resultou um projeto tão avançado que provocou imediatos incômodos políticos: acusado de socialista, perseguido e ameaçado de prisão, Anísio refugiou-se no interior da Bahia. O Ditador Getúlio Vargas empossou um intelectual da direita católica, Alceu Amoroso Lima, como reitor interventor, com a finalidade de desmontar o experimento da UDF. No entanto, Anísio Teixeira guardou essas ideias e sonhos para mais tarde aplicá-los na revolucionária Universidade de Brasília (MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA, Plano de expansão e reestruturação da arquitetura curricular na Universidade Federal da Bahia: termo de referência, Salvador, Bahia, 2007).

A partir dos anos 1930, ocorre significativa expansão da educação superior pública, através da implantação de universidades que hoje compõem a rede federal. Em 1946, foram inauguradas instituições semelhantes em todo o país, notadamente a Universidade do Rio de Janeiro, a Universidade da Bahia e a Universidade de Recife. Instituídas por decretos legislativos, com estruturas de gestão e ensino muito semelhantes, essas instituições emularam o modelo institucional e pedagógico da Universidade de Coimbra, copiando até mesmo rituais acadêmicos e vestes talares. Por exemplo, encontra-se explicitamente declarada, nos documentos de fundação da Universidade Federal da Bahia, a meta de tornar-se uma Coimbra brasileira. A Universidade de Coimbra cultuava a respeitosa tradição histórica da universidade escolástica e, nesse período em que se consolidava a ditadura salazarista, era uma das universidades de estrutura mais arcaica dentre as instituições acadêmicas europeias.

Só nos anos sessenta, o modelo de universidade de pesquisa científico-tecnológica chegou ao Brasil. Anísio Teixeira e seu discípulo Darcy Ribeiro, antropólogo e também educador, conceberam a Universidade de Brasília para se tornar o primeiro centro acadêmico de um novo modelo civilizatório para o Brasil. Entusiasta da filosofia pedagógica de John Dewey, com quem estudou no *Teacher's College* da Columbia University, Anísio Teixeira defendia uma ideia muito aberta do que deveria ser uma universidade, revelando grande influência do modelo flexneriano (MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA, Plano de expansão e reestruturação da arquitetura curricular na Universidade Federal da Bahia: termo de referência, Salvador, Bahia, 2007).

Assim, a UnB já nascia sem a cátedra vitalícia, organizada em centros por grandes áreas do conhecimento e com programas de formação baseados em ciclos iniciais de estudos gerais. Infelizmente, o regime militar que tomou o poder depois do golpe de 1964, entre suas primeiras medidas, ocupou militarmente a UnB, destituiu e exilou Anísio Teixeira, então Reitor, e decretou uma intervenção na instituição que culminou com a demissão da maioria dos docentes e pesquisadores (Salmeron 1998). Apesar de ter sido a única universidade brasileira de porte em que, em sua proposta original, não pretendia emular a universidade europeia como modelo ideal, submetida à intervenção militar, a UnB terminou acomodando-se à estrutura administrativa e curricular vigente no país (MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA, Plano de expansão e reestruturação da arquitetura curricular na Universidade Federal da Bahia: termo de referência, Salvador, Bahia, 2007).

A Reforma Universitária de 1968 (objeto da Lei nº. 5.540/68) ao invés de representar um novo paradigma para a educação superior no Brasil, foi bastante incompleta e resultou em um tipo de estrutura de gestão mista, produzindo um sistema de formação incongruente. Por um lado, uma versão mal adaptada do sistema anglo-saxão de departamentos foi sobreposta ao sistema franco-alemão da cátedra vitalícia, sem, todavia, erradicá-lo, sem qualquer forma de controle institucional e social nem mecanismos de avaliação de qualidade acadêmica.

Por outro lado, foi incorporado à nossa arquitetura acadêmica o que nos Estados Unidos é, em parte, formação profissional (os mestrados), interpretando-a de modo distorcido como formação de pós-graduação, sem remover o sistema anterior de ensino de graduação profissionalizante inspirado no modelo francês. Nesse caso, criamos um título universitário terminal chamado Mestrado, como uma espécie de licenciatura para a docência na educação superior, além de uma formação especial de pesquisador chamada Doutorado. Mais do que incompleta, a Reforma Universitária de 1968 foi nociva em sua resultante final, pois conseguiu manter o que de pior havia no velho regime e trouxe o que havia de menos interessante no já testado modelo estadunidense (MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA, Plano de expansão e reestruturação da arquitetura curricular na Universidade Federal da Bahia: termo de referência, Salvador, Bahia, 2007).

Não obstante, algo positivo resultou desse esforço de reestruturação da educação universitária no Brasil. Nos anos 1970, uma rede institucional de pós-graduação foi gradualmente implantada, viabilizando programas credenciados de qualificação docente e pesquisa. Além disso, o Ministério da Educação estabeleceu um comitê nacional para credenciamento de programas de pós-graduação vinculados à CAPES (1951) que eventualmente se tornou um sistema bastante eficiente de avaliação pública da instituição universitária. Em paralelo, algumas agências de apoio patrocinadas pelo governo federal foram preparadas para apoiar a recém-nascida rede universitária de laboratórios de pesquisa. Estas agências – sendo a mais proeminente o Conselho Nacional de Pesquisa (CNPq, 1951) – também concediam bolsas de estudo, de capacitação e pesquisa que permitiram estudantes e pesquisadores levar a cabo seus projetos, junto com um sistema permanente de avaliação de desempenho.

Durante a redemocratização do Brasil (1981-1988, ditadura militar: 1 de abril de 1964 a 15 de março de 1985), o sistema universitário público do país sofreu muito com a crise econômica que se abateu sobre a América Latina e com a crise política paralela ao processo de abertura democrática. Em especial para o sistema federal de educação superior, foram anos de subfinanciamento, caos administrativo, crise de autoridade, desvalorização social, manifestos em longas, frequentes e frustrantes greves de estudantes, docentes e servidores.

Nos anos 1990, já sob a presidência de Fernando Henrique Cardoso, houve incrementos na capacidade global da rede de educação superior devido ao processo radical de desregulamentação que abriu o sistema para investimentos privados locais. Isto permitiu o crescimento avassalador de instituições de educação superior privadas. Porém, tal expansão no número de vagas não se associou diretamente à melhor qualidade de ensino (MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA, Plano de expansão e

reestruturação da arquitetura curricular na Universidade Federal da Bahia: termo de referência, Salvador, Bahia, 2007).

**Arquitetura acadêmica: situação atual no brasil** (MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA, Plano de expansão e reestruturação da arquitetura curricular na Universidade Federal da Bahia: termo de referência, Salvador, Bahia, 2007).

A atual estrutura curricular da educação universitária na América do Sul (e no Brasil em particular) resulta de:

- a) Uma concepção fragmentadora do conhecimento, alienada da complexidade dos problemas da natureza, da sociedade, da história e da subjetividade;
- b) Modelos de formação baseados nas universidades européias do século XIX, totalmente superados em seus contextos de origem, como vimos anteriormente;
- c) Reformas universitárias incompletas (ou frustradas), impostas pelos regimes militares nas décadas de 1960-1970 e absorvidas pelas elites nacionais;
- d) Um período de *laissez faire*, com abertura de mercado e desregulamentação da educação universitária nos anos 1980-1990.

Problemas a superar:

1. Excessiva precocidade nas escolhas de carreira profissional;
2. Seleção limitada, pontual e “traumática” para ingresso na graduação;
3. Elitização da educação universitária;
4. Viés monodisciplinar na graduação, com currículos estreitos e bitolados;
5. Enorme fosso entre graduação e pós-graduação;
6. Incompatibilidade quase completa com modelos de arquitetura acadêmica vigentes em outras realidades universitárias, especialmente de países desenvolvidos, conforme revisado antes;
7. Incultura: formação técnico-profissional culturalmente empobrecida.

A educação superior no Brasil, de acordo com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB, de 1996, abrange quatro modalidades de cursos e programas: graduação, pós-graduação, extensão e sequenciais. Embora, nessa legislação fundamental da educação, não haja nenhuma definição da natureza, estrutura ou função dos cursos de graduação, uma longa tradição, de quase dois séculos, faz com que se tome como implícito no conceito de cursos de graduação, a ideia de formação profissional.

De todo modo, há um viés claramente profissional na estrutura curricular dos cursos de graduação, que só se enfraquece no caso dos bacharelados nos campos básicos do

conhecimento (Matemática, Física, História, Filosofia etc) que, talvez mesmo por isso, tenham baixa demanda de ingressos e sejam freqüentemente objeto de questionamento quanto à sua utilidade prática, exceto como o primeiro passo de uma formação acadêmica vertical que se completará em mestrados e doutorados.

Relatório, a partir de pesquisas realizadas por especialistas no estudo das conexões entre trabalho e educação superior, é possível afirmar que as características esperadas dos diplomados são as seguintes:

- Flexibilidade;
- Ser capaz de contribuir para a inovação, demonstrando criatividade;
- Ser capaz de enfrentar a incerteza;
- Estar animado pelo desejo de aprender ao longo da vida;
- Ter sensibilidade social e aptidão para a comunicação;
- Ser capaz de trabalhar em equipe;
- Ter espírito empreendedor;
- Preparar-se para a internacionalização do mercado, familiarizando-se com culturas diferentes;
- Possuir largo espectro de competências genéricas em variados campos do conhecimento, especialmente das novas tecnologias, que formam a base das diversas competências profissionais.

Em 1999, Reynaldo Fernandes e Renata Narita,[1] pesquisadores da área de educação e trabalho analisaram dados do Censo relativos à correlação entre ocupação, profissão e formação. Em 1980, apenas 44% dos profissionais trabalhavam em ocupações relacionadas à formação profissional. Em 1991, dez anos depois, essa proporção reduziu-se a 38%. As maiores taxas de aderência profissional foram observadas em Odontologia e Medicina (ambas em torno de 87%). Direito apresentou taxas em torno de 40%. As menores taxas (abaixo de 20%) concentraram-se em outras áreas das ciências sociais aplicadas. Em apenas 14 de 39 (36%) profissões pesquisadas, a taxa de aderência foi maior que 50% (MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA, Plano de expansão e reestruturação da arquitetura curricular na Universidade Federal da Bahia: termo de referência, Salvador, Bahia, 2007).

---

[1] Fernandes R, Narita RD. *Instrução Superior e Mercado de Trabalho no Brasil*. São Paulo: EDUSP-IPE, 1999.

### **Referências bibliográficas compiladas:**

A alegria de ensinar. Rubem Alves. ARS Poetica Editora LTDA, 1994.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA, Plano de expansão e reestruturação da arquitetura curricular na Universidade Federal da Bahia: termo de referência, Salvador, Bahia, 2007.

On being a scientist: a guide to responsible conduct in research / Committee on Science, Engineering, and Public Policy, National Academy of Science, National Academy of Engineering, and Institute of Medicine of the National Academies. 3rd ed., 2009.

Relatório de Ciências da UNESCO. Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura 7, *Place de Fontenoy*, 75352, Paris 07 SP, França, 2021.